

RECORTES DE IMPRENSA

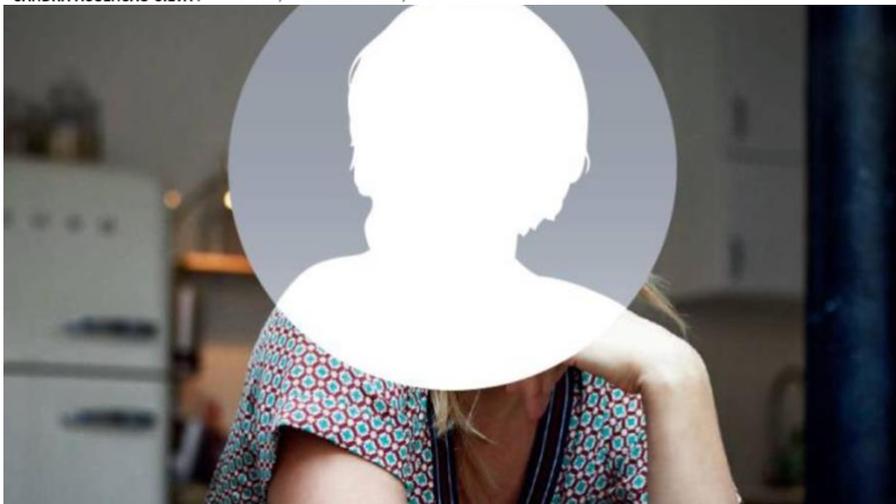
MAIO 2020



Campanha ‘Dê a cara por quem não pode’ alerta para a violência doméstica

Altice Portugal juntou-se à MEO, APAV, PSP e GNR para combater o aumento da violência doméstica em tempo de isolamento social.

SANDRA ASCENSÃO SILVA / LISBOA / 11 MAI 2020 / 14:07 H.



Numa altura em que os Portugueses passam por um período sem igual, com o recolhimento domiciliário decretado para conter a pandemia covid-19, a quarentena tem sido uma das acções mais eficazes no combate ao vírus, mas torna-se uma ameaça para as vítimas de violência doméstica.

Não ficando indiferente a este contexto, a Altice Portugal e o MEO, em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), associam-se à luta contra este flagelo da violência doméstica através de uma campanha de sensibilização, incentivando a uma maior actuação cívica para um problema que se agrava durante estes tempos de isolamento.

Sob o mote ‘Dê a cara por quem não pode’, o MEO e três das principais entidades em Portugal no combate a este problema, apelam aos familiares, amigos ou vizinhos, bem como a outros membros do círculo próximo das vítimas, que “não permaneçam em silêncio nesta altura de crise e que dêem voz a quem não pode fazer por si próprio”.

‘Humaniza-te’ volta a surgir assim como mote orientador desta campanha, que pretende apelar a uma maior proximidade e a valores que devem ser assumidos pela sociedade.

Para Alexandre Fonseca, Presidente Executivo da Altice Portugal, “este é um tema que a todos diz respeito e ao qual ninguém pode ficar indiferente. A Altice Portugal, através do MEO, tem desafiado os portugueses a quebrarem todas as barreiras do silêncio, apelando para que se unam a favor de uma causa que é de todos”, refere, salientando que, em conjunto com a APAV, GNR e PSP, “queremos dar a voz por quem não o consegue fazer sozinho”, por um País melhor.

Já João Lázaro, presidente da APAV, refere que o contexto de confinamento desafia-nos diariamente a fazer mais e melhor. “À semelhança do que acontece em todo o mundo, adaptámo-nos a uma nova realidade e unimos esforços para dar continuidade à nossa missão de apoiar vítimas de crime, seus familiares e amigos. Com esta iniciativa, voltamos a juntar-nos à Altice Portugal, à GNR e à PSP para cumprir objectivos comuns: incentivar a participação cívica de todos e alertar para a urgência de uma sociedade sem violência”.

Para o Comandante-Geral da GNR, tenente-general Botelho Miguel, a violência doméstica constitui uma “preocupação prioritária da GNR, enquadrando-se esta campanha numa estratégia de consciencialização, que visa contribuir para a mudança de comportamentos da sociedade e para a progressiva intolerância social face a este flagelo”.

Violência doméstica. Menos queixas, pode ser "tranquilidade aparente"

O presidente da APAV esteve, esta sexta-feira, reunido com Marcelo Rebelo de Sousa. No final da reunião falou aos jornalistas.



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, esteve reunido, esta sexta-feira, no Palácio de Belém, com a APAV para perceber o impacto da pandemia da Covid-19 nas vítimas de violência doméstica.



No final da reunião, o presidente da APAV, João Lázaro, reiterou que as autoridades receberam, efetivamente, menos queixas de março até agora, em comparação com o período homólogo, mas sublinhou que decréscimo das denúncias pode ser uma questão apenas de "tranquilidade aparente", porque, tal como aconteceu no pico da crise económica de 2008, recordou, as vítimas podem estar em "modo sobrevivência" devido às várias medidas de confinamento.

"Para além da questão do confinamento, em que as vítimas estavam a ser 'vigiadas' 24h pelos seus agressores, nós vemos aqui algum paralelismo com o que vimos no pico da crise em 2008, ou seja, a questão da retaguarda familiar, dos pais, dos avós não estar

acessível, agora, por uma questão de saúde pública. Nestas alturas, as vítimas entram muitas vezes em modo sobrevivência, não saem de casa e não tentam pedir ajuda", esclareceu, adiantando que "estamos perante uma tranquilidade aparente".

De qualquer forma, quanto a fatalidades e homicídios, num quadro de violência doméstica, "neste período não houve um acréscimo", revelou João Lázaro.

O receio da APAV é que, quando o país começar a desconfinar, o número de denúncias aumente.

Desde o dia 27 de março, a APAV recebeu 166 pedidos de apoio por parte de vítimas de violência doméstica.



APAV e PJ confirmam aumento da exploração sexual de crianças online durante a pandemia

De acordo com a APAV, o número de denúncias realizadas à Linha Internet Segura em abril superou as do mês anterior. Em março foram registadas 40 denúncias de pornografia infantil, sete de chantagem sexual e três de aliciamento de menores.



Os cibercriminosos têm vindo a aproveitar-se da nova realidade trazida pela pandemia de COVID-19 para levar a cabo inúmeros ataques em todo o mundo. Depois de a [Europol ter alertado para o aumento do número de crimes sexuais online praticados contra menores](#), a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Polícia Judiciária (PJ) confirmaram um aumento da exploração sexual de crianças e jovens através da Internet durante o período da pandemia, com um aumento das tentativas de contacto através das redes sociais.

O [Jornal de Notícias](#) avança que a APAV registou um maior número de contactos para a Linha Internet Segura. O coordenador da linha, Ricardo Estrela, indicou ao jornal que as denúncias realizadas em abril superaram as do mês anterior. Em março foram registadas 40 denúncias de pornografia infantil, sete de chantagem sexual e três de aliciamento de menores.



Covid-19: APAV acredita que país vive "tranquilidade aparente" na violência doméstica

MadreMedia / Lusa · 15 mai 2020 18:03 · Atualidade

As queixas por violência doméstica não aumentaram junto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no período de confinamento, mas o presidente da instituição acredita que se vive uma "tranquilidade aparente" e que os números vão aumentar.



João Lázaro, presidente da APAV, foi hoje recebido em Belém, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e à saída sublinhou que Portugal vive uma situação de contraciclo em relação a outros países europeus no período de confinamento provocado pela pandemia de covid-19, com os números de queixas por violência doméstica registadas pelas forças policiais a diminuírem – cerca de 33%, de acordo com os dados mais recentes – quando noutros países os aumentos são entre 20% a 30% de participações.

As queixas recebidas pela APAV mantiveram-se em valores semelhantes, disse João Lázaro, que sublinhou também que os dados relativos ao femicídio se mantiveram estáveis, "o que veio contrariar a ideia" de que um aumento de tensão provocado pelo confinamento, e a impossibilidade de pedir ajuda, com as vítimas a serem "vigiadas 24 horas pelo seu agressor ou agressora", levariam a um aumento de homicídios de mulheres em contexto de violência doméstica.

"Continuamos a achar que ainda estamos perante uma tranquilidade aparente", disse João Lázaro.

VIDA

Covid-19: APAV registou aumento da violência contra idosos

20.05.2020 07:00 | por Raquel Lito < 2814

Cláudia Meira, gestora da Linha de Apoio à Vítima, relata um caso de uma mãe que, para evitar cruzar-se com o filho dentro de casa, até tinha um fogão de campismo na varanda do quarto.



Cláudia Meira, gestora da Linha de Apoio à Vítima

D.R.

Quando o telefone toca, ela pergunta: "Em que posso ajudar?". As histórias do outro lado da Linha de Apoio à Vítima (116 006, chamada gratuita) são terríveis: pais que agridem os filhos, ou o inverso, netos que maltratam avós, ofensas verbais, negligências. Cláudia Meira, de 31 anos, é quem mais ouve os relatos. Entrou como voluntária, aos 25 anos. Em situações-limite, prontifica-se a dar apoio – ainda que à distância. Informa, acalma as vítimas com ataques de pânico, reencaminha os casos para atendimento presencial e as denúncias às autoridades.

RELACIONADO



APAV teme aumento da violência doméstica com prolongar da quarentena



APAV ajudou mais de mil crianças vítimas de violência sexual em quatro anos



APAV diz que estatuto da Vítima de Crime precisa de ser melhorado

Gestora deste serviço da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), criado em 2014 e que funciona nos dias úteis das 9h às 21h, Cláudia já perdeu a conta aos pedidos de socorro. Desde a pandemia, está em regime de teletrabalho e supervisiona a equipa de 15 voluntários com a ajuda do WhatsApp. Não especifica o local onde dá a entrevista telefónica à **SÁBADO**, por motivos de segurança diz apenas que está nos arredores de Lisboa.

Durante a quarentena houve menos denúncias das vítimas por estarem em casa com os agressores? Efetivamente, houve menos contactos das vítimas durante os primeiros dias da quarentena. Mas os denunciadores vizinhos nunca foram tantos como nesta fase de confinamento. Por estarem mais

tempo em casa, perceberam que no prédio onde residem existe uma situação de violência. Não só entre casais, mas também contra os idosos, as crianças e os jovens. Neste período notei que tivemos um aumento de denúncias ao Ministério Público e de sinalizações à CPCJ (comissão de proteção de crianças e jovens). Ao nível deste tipo de diligências, fizemos cerca de 35.



No início do confinamento, as chamadas diminuíram um pouco, mas depois o fluxo normalizou. Recebemos uma média de 27 chamadas por dia

A Linha de Apoio à Vítima é o primeiro contacto que as vítimas de crime têm com a APAV.

Quanto tempo demoram as chamadas?

Depende. Podem demorar cinco minutos a uma hora. No início do confinamento, as chamadas diminuíram um pouco, mas depois o fluxo normalizou. Recebemos uma média de 27 chamadas por dia. Tanto em março como em abril foi essa a média; manteve-se em relação ao período homólogo do ano anterior. Além de prestarmos apoio emocional (a vítima perceber que está a ser ouvida) e informação prática (o que pode fazer face à situação que descreve), o nosso objetivo é que a pessoa seja encaminhada para o serviço de proximidade da APAV. Caso o atendimento seja feito num dos nossos 20 gabinetes fixos, em vários pontos do País, ou 24 polos de atendimento em itinerância, prestamos apoio psicológico, jurídico e social.



Nas fases de ressaca do filho, a mãe trancava-se no quarto e na varanda tinha um fogão de campismo para preparar as refeições. Temia ir à cozinha e cruzar-se com ele

Nestes tempos, qual foi a violência mais denunciada?

Disparou a violência contra as pessoas idosas. Poderá ter a ver com os pais que nunca conseguiram ser firmes a impor limites. Não estou a julgar os pais – atenção. Mas pode ter faltado alguma firmeza, as pessoas dizem-nos: "Nunca fui assertivo, ele agora é maior e não consigo ter mão nele." Estas situações são das mais difíceis de trabalhar, porque é quase impossível um pai ou uma mãe apresentar queixa contra um filho ou expulsá-lo de casa e trocar de fechadura. Os filhos ficam a cuidar dos pais, que sofrem de uma demência ou têm dificuldades de locomoção. São encarados como um peso. Ou são pais divorciados, em que o pai ausente e a mãe – para o filho não sentir tanto a ausência do pai – dá-lhe tudo. Ao fim de uns anos percebe que não foi a melhor abordagem.

Pode relatar um caso?

Houve um denunciante vizinho que nos contactou durante a quarentena. Por causa de uma senhora com mais de 60 anos que vivia com o filho toxicodependente, no interior do País. Ele tinha cerca de 40 anos, estava desempregado e obrigava a mãe a dar-lhe dinheiro para os consumos. Quando a mãe não dava, ele partia objetos em casa (vasos e vidros) e roubava eletrodomésticos para vendê-los. Quando consumia, ficava mais tranquilo. Mas nas fases de ressaca do filho, a mãe trancava-se no quarto e na varanda tinha um fogão de campismo para preparar as refeições. Temia ir à cozinha e cruzar-se com ele. Fizemos imediatamente denúncia ao Ministério Público.

Qual a faixa etária destes idosos?

Têm entre 60 e 90 anos. Sofrem agressões físicas e negligência. Muitas vezes são acamados. Há filhos ou cuidadores que não deixam as assistentes das equipas de segurança social, que fazem apoio domiciliário de higiene e alimentação, entrarem nas residências. Temos situações de casais desprotegidos, com cerca de 90 anos, em que o filho e a nora ou a filha e o genro querem ficar com o dinheiro da reforma deles, e não prestam cuidados.



Sobre a violência contra crianças, temos uma máxima: sempre que recebemos uma situação de maus tratos, sinalizamos a mesma à CPCJ e ao Ministério Público

As vítimas são do sexo feminino ou masculino?

Sobretudo feminino. Mais mães e avós, são elas que nos contactam ou os vizinhos. Quando comecei o voluntariado na APAV, em 2014, foi o que mais me chocou. Nunca pensei que houvesse tanta violência contra idosos. Vivem em aldeias, zonas rurais que nem têm muito acesso a serviços. Mas Porto e Lisboa são sempre os distritos mais fortes.

No relatório de 2019, divulgado pela APAV no mês passado, o perfil de vítimas inclui crianças do sexo feminino (61,9%) com média de 11 anos. Há potenciais casos como o de Valentina?

A APAV dispõe de uma rede especializada de apoio a familiares e amigos vítimas de homicídio e vítimas de terrorismo (RAFAVHVT). Sobre a violência contra crianças, temos uma máxima: sempre que recebemos uma situação de maus tratos – e relembro que temos muitos contactos de denunciante –, sinalizamos a mesma à CPCJ e ao Ministério Público. A pessoa que faz a denúncia dá-nos a morada, o nome da escola que a criança frequenta e os nomes dos pais. Se é a vítima adulta que nos contacta e diz que os filhos são agredidos, sugerimos o encaminhamento para gabinete e, se tal for necessário, o acolhimento. Se a pessoa não quiser, em relação aos seus filhos vamos ter de articular com as autoridades competentes porque não têm como defender-se.

Pode concretizar?

Recentemente, recebi uma denúncia anónima de uma situação no Norte, em que o casal discute muito e há agressões mútuas. A criança de 12 anos está no meio, há desconfiança que já tenha sido agredida verbalmente. A menor deu indicação à família que gostava de deixar de morar com os pais, porque vive naquele ambiente hostil. Sinalizámos o caso à CPCJ.



Nas últimas semanas, as situações de violência contra crianças são mais ao nível verbal: muitos gritos, muitas asneiras. Os vizinhos ouvem e sentem-se incomodados

Além dos pais, pode haver outro tipo de agressores de menores?

Às vezes as vítimas são os enteados dos 7 aos 9 anos. Nas últimas semanas, as situações de violência contra crianças são mais ao nível verbal: muitos gritos, muitas asneiras. Os vizinhos ouvem e sentem-se incomodados. Pode ser pelo facto de as pessoas estarem irritadas com esta situação.

O empobrecimento súbito tem potenciado a violência?

Como se sabe, algumas pessoas ficaram em lay-off e outras foram imediatamente despedidas. Para todos os crimes fazemos uma avaliação do risco, mediante várias perguntas, e que nos permite perceber se a pessoa está ou não no mais elevado. Além do desemprego, surgem os consumos de álcool e drogas. A questão das armas eleva muito o risco. Ou seja, se a pessoa que agride tem armas de fogo ou brancas, ou já ameaçou com alguma delas.



Neste período têm despertado as patologias mentais: essencialmente esquizofrenia paranoide (mania da perseguição). Uma pessoa que tenha, por exemplo, um diagnóstico deste tipo, ao não tomar a medicação tem comportamentos agressivos

Há agressores com problemas de saúde mental, agravados pela pandemia?

Temos tido bastantes situações em que a pessoa que agride tem diagnóstico de perturbação mental. Neste período têm despertado as patologias mentais: essencialmente esquizofrenia paranoide (mania da perseguição). Uma pessoa que tenha, por exemplo, um diagnóstico deste tipo, ao não tomar a medicação tem comportamentos agressivos. Agora tudo volta um bocadinho ao normal, mas o acesso aos hospitais ficou condicionado nos dois últimos meses. Isto com a agravante de faltar dinheiro para comprar a medicação. Existe muita violência de filhos contra pais.

Por exemplo?

Recordo-me de uma situação recente no Norte, denunciada por um familiar. As vítimas eram uma mãe, com cerca de 60 anos, que vivia com o seu pai de 90. Sempre cuidaram um do outro. Ambos ficaram viúvos há algum tempo. Há cerca de um ano, sem motivo aparente, o filho da senhora e a namorada dele foram viver lá para casa. Começaram a agredi-los e a tomar posse das reformas que asseguravam a medicação deles. Havia puxões de cabelos, agarrar no braço, ofensas verbais. Apesar de a casa ser do idoso de 90 anos, ele não teve coragem de expulsar o neto.

Os consumos de drogas podem ter o mesmo efeito?

Porventura, as situações de consumos de drogas mais pesadas como a cocaína. Quem consumiu pode ter um episódio psicótico ou ideias de perseguição. Quando o jovem tem mais de 18 anos, os pais não podem obrigá-lo a ir ao médico e muitas vezes existem consumos associados. Os filhos não trabalham e precisam de dinheiro para consumir, quer sejam drogas ou álcool. Os pais não têm e a violência aumenta.



Se a pessoa foi agredida fisicamente, perguntamos se já foi ao médico e tem marcas visíveis. Se tiver, deve tirar fotografias das marcas. Se vive com o agressor, damos algumas estratégias de segurança

Como é que as vítimas se defendem?

Todos os técnicos têm um guião de atendimento para esclarecer a vítima de crime, de acordo com a situação. Se a pessoa foi agredida fisicamente, perguntamos se já foi ao médico e tem marcas visíveis. Se tiver, deve tirar fotografias das marcas. Se tem dores, sugerimos que vá ao médico. Se não quiser ir ao hospital, pelo menos deve ir ao médico de família do centro de saúde para perceber se há alguma lesão interna. Se vive com o agressor, damos algumas estratégias de segurança: evitar ficar sozinha com ele – não que isto seja fácil.

E se houver armas?

Por exemplo, dificultando o acesso a elas. Em vez das facas ficarem na primeira gaveta da cozinha, a vítima pode mudá-las para a última. Deste modo, o agressor demora mais tempo a encontrá-las. São coisas que parecem mínimas, mas fazem bastante diferença. Sugerimos que a vítima conte a alguém de confiança. Independentemente das estruturas, o apoio da família ou amigos ajuda muito no processo. Muitas vezes as pessoas não contam porque têm vergonha. É sempre importante a pessoa saber que em situações de emergência tem de chamar o 112, porque há muitas pessoas que não sabem. Só associam o 112 à ambulância. Ensinar os filhos a contactar o 112 e definir códigos de segurança com amigos e familiares é importante.

Em casos urgentes, qual é a vossa capacidade de resposta?

A pessoa acabou de ser agredida, liga para nós e temos de articular com o 112 para ir ao encontro dela. Às vezes tem um ataque de pânico e não conseguimos acalmá-la só com a nossa voz. Temos de pedir autorização à vítima para chamarmos a ambulância ou a polícia. Quando nos contactam por telefone, o agressor já não está em casa. Podem desligar de repente porque ele chegou. Mas as vítimas optam cada vez mais por pedir ajuda através do chat do Facebook.



Muitas vezes os agressores contactam-nos para saberem do paradeiro das vítimas acolhidas. Por exemplo, ligou-nos um senhor que disse que procurava a prima, na verdade era a mulher dele, a pretexto de querer entregar-lhe correspondência

O agressor não controla as mensagens?

Sabemos que o agressor controla as redes sociais, então sugerimos que a vítima apague as mensagens. São raras as vezes em que nos contactam quando estão com o agressor – se entretanto começarem a discutir, pedimos a morada e chamamos a polícia. Já aconteceu a vítima ligar para nós, articularmos com a polícia que, de imediato, se articulou com o 144 que é a linha de emergência social. Em meados de março, uma senhora de 35 anos contactou-me no período da noite. Tinha sido agredida e o agressor tinha saído de casa nos arredores de Lisboa. Ela ligou porque queria acolhimento. Pedi-lhe autorização para contactar a GNR, que foi lá. Mas a vítima optou por ficar em casa de uma amiga. No dia a seguir, fizemos follow up com ela. Neste momento, continua a ser acompanhada por um dos nossos gabinetes.

Uma vez acolhidas as vítimas, que fazem os agressores?

Muitas vezes os agressores contactam-nos para saberem do paradeiro das vítimas acolhidas. Por exemplo, ligou-nos um senhor que disse que procurava a prima, na verdade era a mulher dele, a pretexto de querer entregar-lhe correspondência. O atendimento durou 30 minutos. Dissemos que não prestávamos informação sobre utentes ou possíveis utentes. No final, ele

começou a rir e rematou: "Na verdade, eu sou o agressor. Estava a ver se colava." E desligou. A vítima continua resguardada, em local seguro.

Vamos supor que há violência verbal. Como atua a linha?

Damos estratégias à vítima. Por exemplo, evitar o confronto ou ficar sozinha com o autor do crime; não responder às provocações. Se a injúria ocorrer no local de trabalho, comunicar aos superiores o que se passa. Se for por telemóvel, bloquear o número daquela pessoa. Se for pelas redes sociais, bloqueá-la também. Se as ofensas verbais forem por escrito, guardar as mensagens. Porque caso queira apresentar queixa, servem de prova.



Os voluntários são de várias áreas de formação. Não são só de psicologia. Temos de comunicação social, relações públicas, criminologia, etc.

O cibercrime tem vindo a aumentar. Também ajudam vítimas nesta área?

Desde janeiro de 2019, a Linha Internet Segura para vítimas de cibercrime faz parte da esfera de atuação da APAV. Costumo fazer algumas ações de sensibilização nas escolas, e o gestor do serviço também, o meu colega Ricardo Estrela. Através do site Linha Internet Segura é possível denunciar os conteúdos ilegais (pornografia infantil e incitação ao racismo e à violência). Os denunciadores conseguem colar o link da página onde encontram esses conteúdos e depois o meu colega reporta às autoridades.

Têm mais valências?

Na APAV temos o sistema integrado de apoio à distância: a Linha de Apoio à Vítima; o apoio online (Facebook, Instagram, chat por mensagens privadas); o Skype, videochamadas feitas por portugueses em outros países, e que muitas vezes nos contactam porque têm familiares em Portugal que são vítimas de crime. Temos também uma parceria com o Serviin, serviço de vídeo intérprete de língua gestual. As pessoas portadoras com algum nível de surdez contactam o Serviin e se forem vítimas de algum crime, este contacta a Linha de Apoio à Vítima através de Skype. Conseguimos fazer o atendimento com o utente através da mediação do intérprete.

Como cria o distanciamento para não ir abaixo?

Não posso ir abaixo, temos voluntários a trabalhar connosco. No apoio à distância da APAV somos dois: eu e o Ricardo Estrela, gestor da Linha Internet Segura. É o meu braço direito. Trabalhamos com voluntários e estagiários para a Ordem dos Psicólogos e estagiários curriculares dos cursos de Psicologia ou Serviço Social. Uma vez que na Linha não se prestam apoios específicos – idealmente são prestados em gabinete –, mas dá-se ajuda emocional, prestação de informações práticas e intervenções urgentes para chamar a polícia ou fazer denúncias, os voluntários são de várias áreas de formação. Não são só de psicologia. Temos de comunicação social, relações públicas, criminologia, etc. Fazemos de tudo para o ambiente ser leve. Em situações-limite, pedimos aos voluntários para passarem as chamadas para o staff. É pesado, mas tentamos não carregar o mundo às costas. Comecei aqui aos 25 anos e gosto de ouvir e apoiar pessoas. Já atendi milhões de chamadas, perdi a conta.



COVID-19: GABINETES DE APOIO À VÍTIMA ESTÃO ABERTOS

Artigo | 18/05/2020 09:24

Os gabinetes de apoio à vítima estão abertos.

As instalações têm disponível gel desinfetante. O uso de máscara é obrigatório, será mantido o distanciamento e serão seguidas as recomendações da Direção-Geral da Saúde.

"Continuamos disponíveis para apoiar, presencialmente ou à distância. Privilegie o atendimento com marcação prévia", pode ler-se no comunicado da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O apoio à distância também continua disponível, através dos seguintes contactos:

- Linha de Apoio à Vítima | 116 006
- Linha Internet Segura | 800 219 090
- Messenger | APAV.Portugal
- Skype | apav_lav

Abusos sexuais de menores aumentam durante pandemia

7Margens | 5 Mai 20

O número de casos de abuso sexual infantil *online* aumentou durante o período de confinamento: Europol, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e Polícia Judiciária (PJ) registaram um crescimento significativo de tentativas de contactos com menores nas redes sociais e temem que haja ainda muitos casos por denunciar.

A APAV tem assinalado um maior número de contactos através da Linha Internet Segura, utilizada para a denúncia deste e de outros tipos de crimes *online*, e a PJ revela que está a assistir-se a um crescimento de queixas relativas a conteúdos virtuais ilegais, entre os quais pornografia de menores, [noticiou o JN](#) esta terça-feira, 5 de maio. A Europol, por seu lado, desmantelou, só em março, duas redes dedicadas à exploração sexual de crianças.

De acordo com as autoridades, o aumento deste tipo de crimes deve-se ao facto de as crianças passarem mais tempo no computador, sem a supervisão dos pais, e de os próprios adultos em teletrabalho estarem menos protegidos relativamente a ataques informáticos, através dos quais podem ser roubadas imagens e informação sobre os filhos, usadas pelos pedófilos.

As autoridades acreditam ainda que o período de confinamento esteja a potenciar o risco de situações de violência sexual sobre menores, mas também a ocultar muitas dessas situações, dado que um dos principais agentes de denúncia das mesmas são as escolas, das quais as crianças estão neste momento afastadas.

CORONAVÍRUS

Covid-19. Pandemia provoca aumento de crimes sexuais na internet

05.05.2020 às 9h34



GETTY IMAGES

Só em março, a Europol desmontou duas redes dedicadas à exploração sexual de crianças

O volume de crimes sexuais na internet aumentou de forma significativa com a pandemia. Segundo o “Jornal de Notícias” desta terça-feira, os pedófilos estão a aproveitar o surto do novo coronavírus para aliciar mais vítimas.

O alerta foi dado pela Europol e a tendência é também confirmada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e pela Polícia Judiciária (PJ).

Só em março, a Europol desmontou duas redes dedicadas à exploração sexual de crianças, detetando igualmente um aumento significativo de tentativas de contactos com menores nas redes sociais.

Os pedófilos foram “capazes de se adaptar rapidamente [ao contexto pandémico] e capitalizar a ansiedade e medos das vítimas”, refere a organização europeia, num documento tornado público na semana passada.

Em Portugal, a APAV assinalava que, desde o início da pandemia, tem recebido um maior número de contactos para a Linha Internet Segura. Em março, a linha recebeu 40 denúncias de pornografia infantil, sete de “sextortion” (a vítima é chantageada por motivos sexuais) e três por aliciamento de menores para fins sexuais.

“Temo que quando sairmos da pandemia teremos um maior número de denúncias”, diz Ricardo Estrela, coordenador da Linha Internet Segura. A PJ corrobora: “Um dos grandes veículos de denúncias vem das escolas e se as crianças estão afastadas desses recursos poderão ter maior dificuldade em pedir ajuda.”



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BANCO DOS RÉUS

Violência doméstica: da palmada pedagógica à expulsão de casa

Menores representam apenas 11,5% de vítimas de violência doméstica e mulheres representam 12,5% dos agressores, segundo a APAV.

Joana Gorjão Henriques 23 de Maio de 2020, 6:30

Os últimos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre estes grupos mostram que, entre 2013 e 2017, os menores até representavam 11,5% das vítimas de violência doméstica, num total de 36.528 processos. As mulheres, por outro lado, representaram 12,5% dos agressores. Os estudos mais recentes do Ministério da Administração Interna, porém, mostram que em Portugal foram agredidas quase dez mil crianças em quatro anos, em contexto de violência doméstica.

Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, refere que as crianças estão “muito mais vulneráveis” do que os adultos; a violência contra si também é igualmente “um exercício de poder”, mas a denúncia é pouco frequente. São os professores e a escola que muitas vezes recebem o alerta, refere. Por outro lado, também é frequente as crianças culpabilizarem-se pelas agressões que sofrem. Ao mesmo tempo, por vezes a fronteira entre punição e violência é “muito ténue”. “Como se distingue a palmada pedagógica da que acaba no hospital? No fundo, a família arranja uma panóplia de justificações e a criança adere a isso”, explica.

A partir dos 14 anos, já há uma ideia clara do que é “certo e errado” e, apesar de perceberem que não é correcto, muitas vezes os jovens desenvolvem atitudes de grande confronto para com o progenitor agressor. Isso por vezes “provoca ainda mais agressividade, que pode culminar em expulsões de casa”.

Casos como o que aqui estão retratados, de expulsão dos filhos, são mais comuns “do que o que pensamos”, indicam os estudos, segundo o psicólogo. A APAV não tem os dados desagregados desta forma, o que também mostra a invisibilidade do fenómeno. “Nos dados estatísticos é a figura masculina que é agressora. As mulheres, por estarem num papel de cuidadoras, acabam por camuflar estas situações. Temos algum preconceito em pensar na mulher como agressora dos seus filhos.”



Violência doméstica no banco dos réus
Entre Setembro e Março, o PÚBLICO assistiu a vários julgamentos de violência doméstica. Publicamos detalhes sobre cada um.

[LER MAIS](#)

Aliás, só agora é que começam a surgir dados de violência doméstica que não se restringem às relações heteronormativas. Em 2018, a APAV atendeu 58 mulheres vítimas de violência doméstica em relações homossexuais, num total de 9344, ou seja, representaram 0,6% do total.

A mesma invisibilidade se aplica às mulheres em contexto de relações de intimidade heterossexuais. Cláudia Casimiro, autora de um dos poucos estudos em Portugal sobre violência exercida por mulheres em contexto conjugal, não tem dúvidas: “É um tema que continua a ser tabu.”

Como tabu é também o tema da violência de mulheres sobre os filhos. Por isso, quase não existe investigação sobre o tema. “A própria noção de violência tem vindo a alterar-se e engloba mais actos. Até pode ser omissão: um silêncio às vezes é de grande violência”, comenta. “Sabemos que tem havido alterações nas leis, nas noções do que é ser mulher; os papéis de género têm vindo a aproximar-se mas são séculos de história em que havia um homem dominador e uma mulher submissa. Esta visão é difícil de se alterar, os estereótipos mantêm-se e por isso é difícil olhar para a figura feminina como agressora.”

Da sua investigação conclui que a violência exercida pelas mulheres em contexto relacional tem características diferentes: “não é uma violência tão directa, proactiva e com uma dimensão física, mas pode ser de chantagem e de humilhação.”

Página não encontrada

O que é difícil de detectar, segundo a investigadora, é a relação entre o estado de tristeza ou receio de uma criança e a violência da qual possa ser alvo. “Ainda é mais complicado porque certamente há uma dependência em relação aos progenitores e uma ambivalência. É uma figura de referência e a criança não deixa de gostar da mãe porque ela a agrediu. Se numa relação entre adultos muitas vezes é difícil a própria pessoa reconhecer que está a ser vítima, a criança pode ter ainda mais essa dificuldade por sentir emoções contraditórias.”

Seja como for, a violência perpetrada por mulheres é uma realidade submersa. “Não quero minimizar o problema real que existe de domínio masculino, mas quando vemos as estatísticas da violência no namoro, vemos que as mulheres também são agressoras.”

LER MAIS

- É raro, mas há mães e mulheres no banco dos réus por violência doméstica
- Violência Doméstica: uma vez agressor, para sempre agressor?
- Violência doméstica: filhos testemunham contra os pais em tribunal

Manuel Lisboa, sociólogo e director do Observatório Nacional de Violência e Género, concorda que nem toda a violência está vinculada à questão de género, mas em todos os contextos há um denominador comum: assimetria de poder. Nos processos educativos pode haver “uma componente de género”, sublinha, até porque é a mulher que ainda tem a pressão da responsabilidade sobre a educação dos filhos. “Pode ser uma mãe a exercer actos de violência em relação a um filho e a uma filha para que ele se comporte de acordo com o que é expectável da sua masculinidade ou feminilidade”, refere.

Estudos do Observatório Nacional de Violência e Género analisaram os efeitos da violência doméstica. Conclusões: há várias vítimas que tentaram o suicídio – a contabilização das mortes não deve ser apenas das mulheres que morrem às mãos dos agressores, afirma, mas também de quem se suicida; há processos de somatização em que as pessoas vão adoecendo, ficando deprimidas e cada vez mais tristes. Os resultados mostraram também que, comparando com as outras pessoas, as vítimas têm maior dificuldade em arranjar emprego e serem promovidas e têm também maior probabilidade de serem despedidas; os filhos também apresentam resultados de insucesso escolar superiores.

Queixas de violência doméstica vão “disparar” com o fim do confinamento

22 mai, 2020 - 21:53 • Marina Pimentel

A advogada Manuela Magalhães prevê uma onda de divórcios e consequentes regulações do poder parental até ao final do ano.

O número de participações por violência doméstica baixou mais de 25% durante o confinamento, quer na estatística da PSP quer na da GNR. Mas “as denúncias vão disparar a partir do final do mês, com o regresso de muita gente do teletrabalho”, acredita o psicólogo da APAV Daniel Cotrim.

A opinião é partilhada por Carlos Poiares, especialista em psicologia criminal. “Os estilhaços da pandemia, em termos de violência no seio da família, vão surgir nos próximos meses”, defende o investigador.

Durante o período de confinamento, as vítimas foram obrigadas a viver num ambiente totalmente controlado pelo agressor, com a agravante de que muitas delas ficaram no desemprego ou em regime de lay-off. “A vulnerabilidade económica agravou ainda mais a sua situação de risco e essa circunstância explica em parte a redução do número de participações”, diz ainda Daniel Cotrim.

O psicólogo da APAV releva que durante o confinamento, “grande parte das denúncias foi apresentada por vizinhos e amigos”, o que revela uma nova atitude da parte da sociedade, que já não tem medo de meter a colher entre marido e mulher. Daniel Cotrim admite que “são efeitos positivos” da campanha de informação feita pelo Governo.

A advogada Manuela Magalhães lembra o apelo feito pelo secretário-geral das Nações Unidas para que, durante a pandemia, os governos organizassem, em supermercados ou farmácias, formas de as mulheres poderem denunciar que estavam a ser alvo de violência. Esse apelo teve eco em países como a Argentina e Espanha, onde as mulheres podiam pedir um determinado tipo de máscara que era um sinal de alerta, mas não em Portugal. Aí pode estar uma explicação para o facto de, durante o confinamento, ter havido menos denúncias, ao contrário do que aconteceu noutros países, dentro e fora da Europa.

A advogada, que está ligada à associação Dignidade, acha que “vai haver um 'boom' até ao final do ano de divórcios e consequentes regulações do poder parental”, por causa da tensão familiar acumulada durante o período de confinamento. Neste contexto, Manuela Magalhaes acusa os tribunais de ignorarem o superior interesse da criança e denuncia que “há juízes que obrigam as mães vítimas de violência doméstica a levar os filhos à cadeia, para visitarem o pai-agressor”.

Manuela Magalhães critica o facto de o Parlamento ter rejeitado dar o estatuto de vítima aos filhos que são colocados perante situações de violência doméstica. E acredita que “houve muitas crianças durante o período de confinamento que assistiram a situações gravíssimas dentro das suas residências”. Alerta ainda para “a situação de risco dos idosos do interior rural, onde as pessoas não denunciam os agressores que muitas vezes são os filhos que lhes ficam com a pensão, exercendo sobre eles violência física e psicológica”.

Joana Pinto Coelho, uma advogada também muito ligada às questões da violência doméstica, critica o sistema judicial “por não ter dado, durante o período de confinamento, uma especial atenção para os casos de agressões familiares e de violência parental”.

O especialista em psicologia criminal Carlos Poiães acusa os tribunais de “usarem e abusarem da pena suspensa para os autores dos crimes de violência doméstica, sem avaliarem o perfil do agressor”, que acaba por andar à solta a agredir a mulher. E por outro lado, diz, “os juízes tendem a não aplicar a prisão preventiva aos suspeitos, quando usam essa medida de coação a torto e a direito noutro tipo de crimes”.

A propósito do caso de Valentina, a menina de 9 anos que foi violentamente morta pelo pai, o psicólogo da APAV Daniel Cotrim diz que todos falhamos na deteção da situação de risco vivida por aquela criança, mas afirma que as comissões de proteção de crianças e jovens em risco arquivam demais, o que explica que “sejam mais os casos que reabrem, do que aqueles que iniciam”.

Declarações ao programa de Informação da **Renascença** “Em Nome da Lei” que vai para o ar este sábado. O programa é emitido às 13h, até ao final do mês, voltando em junho ao seu horário normal, às 12h. Pode ainda ouvir, em repetição, à meia noite.

TÓPICOS

- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- COVID-19
- CORONAVÍRUS

Crimes sexuais através da internet aumentam durante pandemia da Covid-19, alerta Europol

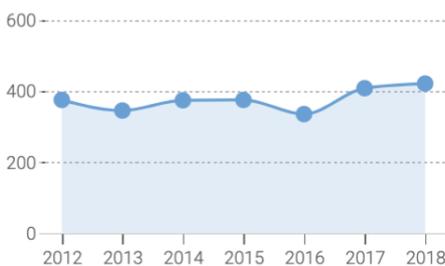
Menor supervisão parental e mais tempo online colocam crianças e jovens mais vulneráveis aos criminosos. Número de contactos com Linha Internet Segura aumentou em abril face a março.



A Europol alerta para a maior exposição das crianças e jovens durante a pandemia aos crimes sexuais praticados através da internet. O serviço europeu de polícia desmantelou, em março, duas redes dedicadas à exploração sexual de crianças e a APAV e a PJ portuguesa confirmam esta tendência para o “aumento significativo de tentativas de contactos com menores nas redes sociais”, escreve esta terça-feira o Jornal de Notícias.

QUEIXAS POR VIOLAÇÃO

Em Portugal, por ano



Fonte: RASI a 03/04/2019

[Sugestões?](#)

Segundo o diário, a APAV nota um “maior número de contactos para a linha Internet Segura”, onde são denunciados este tipo de crimes, e a Polícia Judiciária também nota “um crescimento de queixas relativas a conteúdos virtuais ilegais, entre os quais pornografia de menores”

ainda que, segundo os especialistas, haja ainda “uma maioria de crimes sexuais com menores” que está escondida uma vez que os portugueses têm estado em isolamento domiciliário.

O teletrabalho e a diminuição do tempo disponível para supervisionar as crianças enquanto utilizam a internet está a deixá-las mais expostas aos riscos. Num [relatório conhecido no início de abril](#), a diretora-executiva da Europol, Catherine De Bolle já se tinha mostrado “muito preocupada” com o aumento no número de casos de abuso sexual infantil online.

Gabinetes de apoio à vítima em funcionamento

A APAV informa que os gabinetes de apoio à vítima estão abertos e continuam disponíveis para apoiar, presencialmente (de preferência com marcação prévia) ou à distância, através dos meios disponíveis.

- Linha de Apoio à Vítima | 116 006
- Linha Internet Segura | 800 219 090
- Messenger | APAV.Portugal
- Skype | apav_lav

Cumprindo todas as normas e procedimentos de higiene, as instalações têm disponível gel desinfetante, será mantido o distanciamento e são seguidas todas as recomendações da Direção-Geral da Saúde. O uso de máscara é obrigatório

Para mais informações, contacte: comunicacao@apav.pt | 21 358 79 15

Premium Violência doméstica. Boom de casos pode surgir depois do desconfinamento

Agressores deixam de ter vítimas debaixo de olho com o regresso ao trabalho e a violência vem atrás. Maioria das mulheres que entraram nas casas de abrigo durante este período têm perfil diferente do habitual. Como Fernanda que, durante mais de 30 anos, sofreu violência psicológica.

O regresso à normalidade poderá trazer uma subida exponencial das queixas de violência doméstica. É isso que esperam os especialistas e o governo, tanto mais que os números que durante o estado de emergência se mantiveram estáveis foram registando aumentos ligeiros à medida que o desconfinamento avançou.

"O boom de denúncias deve surgir depois de 1 de junho, na terceira fase do desconfinamento, quando a maioria das pessoas vai voltar para a rua, para os seus trabalhos", diz Daniel Cotrim, psicólogo e responsável pela área de violência doméstica e de género da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Que razões poderão levar a que isto aconteça? Daniel Cotrim explica: **"O confinamento foi vivido para muitos agressores como uma lua-de-mel, com a ideia mágica, fantasiosa, de que a vítima está ali para eles sempre, que está controlada. Quando elas voltarem a sair, a trabalhar, deixará de ser assim."**

Também a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade acrescenta outro argumento para o crescimento de casos: "Nos primeiros tempos do confinamento, a necessidade era sobreviver, organizar a vida em relação ao medo do covid. **A partir do momento em que a preocupação de sobrevivência se desloca da saúde, há uma maior capacidade mental destas mulheres para**

"Dê a cara por quem não pode". Nova campanha de sensibilização contra a violência doméstica arranca hoje

Modern Life · 11 mai 2020 12:45 · Atualidade

Promovida pela Altice Portugal e pelo MEO, em parceria com a APAV, a GNR e a PSP, a ação pretende alertar consciências. Figuras públicas como Frederico Morais, Carolina Deslandes, Miguel Oliveira, Jéssica Silva e João Sousa dão a cara pelas vítimas.

"Dê a cara por quem não pode" é o lema de uma nova campanha de sensibilização contra a violência doméstica que arranca hoje em todo o país. Promovida pela Altice Portugal e pelo MEO, em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), a ação pretende sensibilizar a população e alertar consciências para um problema social que se agravou durante o período de confinamento social.

"Se, por um lado, a quarentena tem sido uma das ações mais eficazes no combate ao vírus, por outro torna-se uma ameaça para as vítimas de violência doméstica", sublinha o comunicado de imprensa da ação, que envolve, para além da operadora, três das principais entidades portuguesas na linha da frente do combate a este problema. "Com o isolamento social, as situações de tensão e o número de casos de violência doméstica têm vindo a agravar-se", refere o documento.



Violência doméstica contra crianças em Espanha. Só uma instituição recebeu 1.441 pedidos de ajuda em seis semanas

[Ver artigo](#)

"Urge, assim, apelar a todos os portugueses para um problema ainda mais grave durante estes tempos de isolamento", defendem os responsáveis pela campanha. "Humaniza-te", o slogan do MEO, volta a surgir como mote orientador da nossa campanha, que pretende apelar a uma maior proximidade e a valores que devem ser assumidos pela sociedade. Para Alexandre Fonseca, presidente executivo da Altice Portugal, que detém a marca, "este é um tema que a todos diz respeito e ao qual ninguém pode ficar indiferente. A Altice Portugal, através do MEO, tem desafiado os portugueses a quebrarem

todas as barreiras do silêncio, apelando para que se unam a favor de uma causa que é de todos", sublinha o dirigente.

"É por isso que, em conjunto com a APAV, a GNR e a PSP, queremos dar a voz por quem não o consegue fazer sozinho", justifica ainda Alexandre Fonseca. "Atravessamos atualmente um contexto de confinamento que nos desafia diariamente a fazer mais e melhor. À semelhança do que acontece em todo o mundo, adaptámo-nos a uma nova realidade e unimos esforços para dar continuidade à nossa missão", assegura mesmo João Lázaro, presidente da APAV.



"A violência doméstica constitui uma preocupação prioritária da GNR, enquadrando-se esta campanha numa estratégia de consciencialização que visa contribuir para a mudança de comportamentos da sociedade e para a progressiva intolerância social face a este flagelo", garante o comandante-geral da GNR, o tenente-general Botelho Miguel. A PSP, que criou o endereço violenciadomestica@psp.pt para agilizar os processos de denúncia, também assume essa preocupação.

No ar entre 11 e 24 de maio, a nova campanha de comunicação multimeios da MEO será veiculada nos meios habituais com o intuito de criar um movimento de alerta e de sensibilização em torno desta causa, incentivando a uma maior atuação cívica. O filme conta com a presença dos embaixadores da MEO, Miguel Oliveira, Frederico Morais, Carolina Deslandes, Jéssica Silva, João Sousa, Armindo Araújo, Bárbara Tinoco e Ercília Machado, que dão a cara e a voz pelas vítimas.

Violência doméstica: tribunal manda para a cadeia agressor que tinha sido condenado a prisão domiciliária

Tribunal deu como provado que o arguido agrediu a mulher ao longo de quase 30 anos e com uma "significativa" frequência, com bofetadas, pontapés, encontrões, empurrões, puxões de cabelos e sufocação com ambas as mãos no pescoço

2020-05-07 12:44

LUSA / RL

O Tribunal da Relação de Guimarães decidiu aplicar pena de prisão efetiva a um homem de Fafe que, na primeira instância, tinha sido condenado a dois anos e 10 meses de prisão domiciliária por violência doméstica sobre a mulher.

Por acórdão de 15 de abril, consultado pela Lusa esta quinta-feira, a Relação diz que a pena de prisão domiciliária, com vigilância eletrónica, "**não é adequada**" à situação concreta, pelo que determina o cumprimento da mesma em contexto de estabelecimento prisional.

Sublinha que o arguido já esteve em prisão domiciliária e que por várias vezes violou a obrigação de permanecer em casa, nomeadamente a pretexto de alegadas consultas médicas, de que resultaram autorizações a que deu "uso abusivo".

O tribunal deu como provado que o arguido agrediu a mulher ao longo de quase 30 anos e com uma "significativa" frequência, com bofetadas, pontapés, encontrões, empurrões, puxões de cabelos e sufocação com ambas as mãos no pescoço.

Acrescem ameaças, injúrias e o "constrangimento", este último consubstanciado, por exemplo, no controlo do telemóvel e na proibição de trabalhar.

Segundo descreveu a vítima, o seu casamento resumiu-se a "**30 anos de cativo**".

Disse que, em desespero, saiu urgentemente de casa sem nada e sem pré-aviso, procurando ajuda na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Não mais regressou a casa, com medo do arguido.

Na primeira instância, o Tribunal de Fafe condenou o arguido a dois anos e 10 meses de prisão efetiva, a cumprir em regime de permanência na habitação, impondo-lhe também a sujeição a um plano de reinserção social e a proibição de contactos com a vítima.

Continuar a ler

Condenou-o ainda ao pagamento de uma multa de 20 mil euros à